

Sumário

Prefácio	XI
Apresentação	XV
Introdução	1
Capítulo I. Da Modernidade à Pós-Modernidade	7
1.1. A modernidade histórica e o direito moderno	7
1.2. A pós-modernidade	13
1.3. O direito na pós-modernidade.....	20
Capítulo II. A Multidimensionalidade das Ordens Normativas	29
2.1. Legalismo.....	29
2.2. Neoconstitucionalismo.....	32
2.3. Internacionalismo.....	40
2.3.1. Tratados internacionais.....	47
2.3.2. Convenções, recomendações e resoluções da OIT	50
2.4. Universalismo	53
2.5. Transconstitucionalismo.....	59
2.6. Relevância da jurisprudência internacional e estrangeira	70
Capítulo III. Os Direitos Fundamentais na Pós-Modernidade	87
3.1. A centralidade da dignidade da pessoa humana.....	87
3.2. Superação do paradigma piramidal	108
3.3. Sistema da ciência jurídica em forma de hipertexto (pensamento em rede)	117
3.4. Da regulamentação à regulação das relações jurídicas.....	124
3.5. Interpretação pluralista e procedimental dos direitos fundamentais.....	135
3.5.1. A sociedade aberta dos interpretes da Constituição de Peter Häberle	136
3.5.2. A legitimação pelo procedimento de Niklas Luhmann	139

3.5.3. A solução processual dialogada e procedimentada de Willis Santiago Guerra Filho.....	141
3.5.4. O direito enquanto sistema autopoietico de normas jurídicas	145
3.6. Mecanismos de solução de antinomias	151
3.6.1. O princípio “ <i>pro homine</i> ” e o conflito de regras materiais.....	152
3.6.2. O princípio da proporcionalidade e o conflito de princípios jurídicos	161
3.6.3. Conflito entre regras e princípios	170
3.7. Inexistência de lacunas normativas no sistema jurídico pós-positivista.....	176
Capítulo IV. A Eficácia dos Direitos Fundamentais nas Relações de Trabalho	183
4.1. Evolução.....	183
4.2. A nossa posição	205
Capítulo V. Danos à Pessoa Humana	217
5.1. Classificação dos danos a partir da centralidade da pessoa humana	217
5.2. O conceito objetivo-constitucionalizado de dano moral	227
5.3. Os danos existenciais nas relações de trabalho	251
5.3.1. Dano existencial por jornada de trabalho excessiva	257
5.3.2. O requisito do dano (configuração, prova material e extensão)	263
Capítulo VI. Processo do Trabalho e Efetividade	271
6.1. O princípio da efetividade e o conflito de regras processuais	271
6.2. O processo flexível enquanto instrumento de efetividade do direito material pós-moderno: CLT, CPC de 2015 e os microssistemas processuais trabalhistas.....	277
6.3. A legitimação das decisões e a segurança jurídica no modelo metodológico pós-positivista.....	283
Capítulo VII. Revisão Crítica da Jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho.....	309
7.1. Tratamento discriminatório	309

7.2. Monitoramento das comunicações do trabalhador.....	318
7.3. Revista corporal e nos pertences do trabalhador	332
7.4. Renúncia e transação dos direitos trabalhistas	342
7.5. Acesso e restrição de uso das instalações sanitárias e refeitórios.....	355
7.6. Dano existencial por jornada de trabalho excessiva	359
Conclusões	367
Referências	371